



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

SANTIAGO, CHILE, 19 DE MARÇO DE 2002

Esta ocasião tem, para mim, um significado muito especial: pelo teor acadêmico do evento, pelo prazer de retornar a esta Universidade e, sobretudo, pela homenagem àquele que foi, para mim, um grande amigo e companheiro de lutas e, para o Brasil, um grande cidadão: Vilmar Faria.

A presença, aqui, da Regina, que foi sua companheira de todas as horas, dá um significado ainda maior a esta cerimônia.

A perda de Vilmar foi um golpe tão duro quanto inesperado. Ele sabia reunir, como poucos, o talento acadêmico e as virtudes da generosidade, da honestidade e – eu diria também – da simplicidade. E sabia traduzir essas qualidades em uma dedicação singular ao esforço de entender melhor os problemas do Brasil e de buscar caminhos construtivos para resolvê-los.

Fazia isso com impecável rigor e precisão conceitual.

É claro que essas são qualidades necessárias para qualquer intelectual. Mas, quando se trata dos temas de um aceso debate político – como é o caso das questões sociais –, talvez seja maior a tentação de um radicalismo fácil, que se limita a dizer que tudo está errado, a apontar as

mazelas da sociedade, e que se recusa ao exame concreto de alternativas construtivas.

Vilmar era o contrário disso. Sentia a preocupação em identificar e entender os problemas, sem nenhuma concessão ao *status quo*, sem nenhum conservadorismo, sempre com uma perspectiva de transformação da realidade.

Mas também realizava essa tarefa com a noção de que denunciar as mazelas é apenas o ponto de partida e que é imperativo usar o conhecimento para construir algo positivo.

Vilmar fez isso em seus estudos, na Universidade, no Cebrap, e, para minha satisfação, trouxe essa sua atitude despreziosa, mas altamente eficaz, para o Governo, onde atuou de forma decisiva na elaboração e na coordenação das políticas sociais que implementamos nos últimos anos.

Peço-lhes que me perdoem se me alongo nesta recordação do amigo Vilmar Faria, mas não poderia deixar de tornar explícita esta homenagem.

Além disso, a referência a seu trabalho me conduz ao tema sobre o qual gostaria de falar-lhes no dia de hoje: o problema da justiça social e suas perspectivas no Brasil.

Não é questão simples, como se sabe.

Herdamos dificuldades enraizadas ao longo de séculos, injustiças que se cristalizaram profundamente já desde o período colonial e que encontraram sua maior expressão – sua mais lamentável expressão – no fenômeno da escravidão, que foi eliminado no Brasil em 1888, mas que deixou seqüelas graves.

Tornou-se um clichê dizer que no início do século XX – o período que nós, brasileiros, denominamos República Velha – a questão social era tratada como um caso de polícia. Ou seja, a resposta para os problemas sociais se encontraria na repressão policial aos movimentos de reivindicação.

Era a resposta de um Brasil oligárquico, atrasado.

Mais tarde, sobretudo após a Revolução de 30, começou a delinear-se outro estilo de resposta. Afirmou-se uma atitude de maior sensibilidade aos problemas sociais. Mas essa atitude veio, em um primeiro momento, acompanhada de um vazo autoritário, paternalista. O avan-

ço em direitos econômicos e sociais se fazia em detrimento dos direitos civis e políticos.

Como assinalado pelo historiador José Murilo de Carvalho, isso significou uma inversão, no caso brasileiro, da seqüência de desenvolvimento da cidadania identificada por T.H. Marshall em países europeus. Nestes, os direitos civis e políticos, conquistados sobretudo nos séculos XVIII e XIX, antecederam à afirmação dos direitos sociais e à construção do *welfare state*. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o reconhecimento dos direitos sociais chegou antes, e isso teve consequências importantes para a formação histórica de nossos países.

A mescla de um Estado intervencionista e de uma sociedade manietada em seu exercício da cidadania política gerou distorções. Dessas, talvez a mais grave tenha sido a de que os mecanismos de transferência de renda – que são inevitáveis quando o Estado faz política social – resultaram sujeitos à deficiência de instrumentos de controle do Estado pela sociedade.

Gerou-se um Estado eivado por vícios patrimonialistas, que já vi-nham de muito antes – reproduzindo os cacoetes de uma sociedade secularmente dividida em casa grande e senzala –, mas que se potencializaram no contexto político do populismo.

O déficit de democracia permitiu, em muitos casos, uma apropriação do Estado por grupos privados. O resultado foi uma verdadeira “privatização” do Estado, que guardava a aparência de coisa pública, mas que funcionava como mecanismo de perpetuação do atraso e das desigualdades.

É a esse Estado que me refiro quando digo que o Brasil nunca teve um Estado do bem-estar social, mas apenas um Estado do “mal-estar social”.

Em tempos recentes, tudo isso mudou muito, embora enfrentemos ainda muitos resquícios do passado.

Tudo isso mudou, não por causa de uma ou outra pessoa, mas porque a sociedade brasileira, em especial desde meados dos anos 80, ingressou em uma autêntica experiência democrática.

E, se falo de uma experiência “autêntica” de democracia, é porque ela não se limitou à vivência dos aspectos formais da democracia representativa, mas incorporou o exercício pleno da cidadania.

Nesse período, a sociedade brasileira ganhou consistência, articulou-se de formas inovadoras e testemunhou o surgimento de um grande número de organizações não-governamentais, ativas e exigentes em suas demandas.

Dispondo dos mecanismos de participação e representação próprios do Estado de Direito, e sob o manto protetor de uma imprensa livre e ciosa de sua independência, e respondendo aos anseios de uma sociedade de cada vez mais intolerante com a injustiça e com a corrupção, o Brasil entrou em cheio na era da mudança democrática.

O que vem ocorrendo com o Estado, a economia e a política social do Brasil nos últimos anos é o reflexo dessa mudança democrática.

Isso tem impacto importante sobre a situação social e sobre as perspectivas de avanço em direção a uma sociedade mais justa.

Quero dar-lhes algumas indicações sobre essas perspectivas.

Em primeiro lugar, se tivermos sentido histórico, seremos capazes de perceber o quanto já mudou a situação social brasileira.

Não há dúvida de que se apresenta, ainda, um panorama de profundas desigualdades e de acentuada concentração da renda.

A visão dos gráficos que mostram as tendências de distribuição da renda tende a ser desanimadora, e não somente para o Brasil, mas para a maioria dos países.

No Brasil, o problema é mais grave, porque nossas desigualdades são mais acentuadas. Mas a dificuldade do problema da distribuição da renda existe em todos os quadrantes.

O que significa isso? Que devemos abrir mão dos objetivos de desconcentração da renda, de busca de maior igualdade? Em hipótese alguma. Há muito que pode ser feito, e de fato muito já se vem fazendo no Brasil.

Em primeiro lugar, pode-se avançar na redução da pobreza. Isso ocorreu, por exemplo, com o efeito do Plano Real – que estabilizou a economia brasileira – sobre a renda dos mais pobres. Antes do Real, 43% dos brasileiros estavam abaixo da linha da pobreza. Após o Real, passaram a ser 32% – o que ainda é uma porcentagem muito alta, mas significativamente mais baixa. O que isso significa, em termos concre-

tos, é que, com a estabilização da moeda, cerca de 12 milhões de brasileiros ultrapassaram a linha da pobreza.

Resulta evidente que a inflação era um imposto que incidia especialmente sobre os mais pobres, e que, portanto, a estabilidade dos preços teve um efeito social imediato.

E o que é mais importante: esse efeito não se reverteu após alguns meses, nem mesmo após vários anos. No passado, já haviam ocorrido episódios de redução expressiva da pobreza, como no Plano Cruzado, em 1986. Mas, naquele caso, alguns meses mais tarde, a inflação já havia retornado, e voltava a subir a porcentagem de pobres.

Desta vez, não. O que tivemos com o Real foi uma redução sustentável. Aprendemos que o avanço social exige uma base econômica sólida.

Nos anos 80 – que não por acaso foram chamados de “década perdida” –, a renda *per capita* dos brasileiros caiu, em média, 0,5% por ano. Não há política social que resista a isso.

No período recente, a história foi distinta. Tivemos nove anos de crescimento contínuo. De 1993 a 2000, a renda *per capita* cresceu em torno de 1,9% ao ano.

O crescimento com estabilidade tornou possível a acumulação de ganhos reais nos rendimentos dos mais pobres. O salário mínimo elevou-se, em termos reais, 27% desde 1994. Em termos reais, está se aproximando dos níveis que tinha no final dos anos 50, que foram os mais elevados desde que se criou o salário mínimo. O que quer dizer isso? Quer dizer que conseguimos compensar as perdas reais impostas ao salário mínimo nos anos 60, 70 e 80.

É importante entender que o Brasil conseguiu, com a reconquista da democracia nos anos 80, e com a conquista da estabilidade nos anos 90, abrir perspectivas inteiramente novas no debate sobre a questão social.

Mostramos que uma política econômica responsável, sem demagogia, baseada em uma noção de responsabilidade fiscal – que hoje, no Brasil, já é uma obrigação legal para os governantes em todos os níveis – não é apenas compatível com avanços sociais, mas é imprescindível para que esses avanços sejam substanciais e irreversíveis.

Continua a existir um problema na distribuição da renda? Sim. Mas o que estamos fazendo cria as condições para que a distribuição injusta da renda se corrija com o tempo.

A esse respeito, um dos fatores decisivos – hoje e no futuro próximo – é a promoção da igualdade de oportunidades na educação. A exclusão no sistema educacional, muito especialmente no sistema de educação primária, sempre foi um dos mecanismos mais poderosos de reprodução das desigualdades.

O que estamos fazendo no Brasil é, simplesmente, acabar com essa exclusão. E, quando digo “acabar”, não estou usando meramente uma figura de linguagem. Estamos chegando, de fato, já em 2002, à situação em que poderemos nos orgulhar de ter todas as crianças brasileiras freqüentando os bancos escolares.

Em 1990, cerca de 20% das crianças brasileiras não iam à escola. Hoje, apenas cerca de 3% encontram-se nessa situação. Ou seja, 97% das crianças em idade escolar estão efetivamente matriculadas. Entre os mais pobres, a porcentagem já é de 93%. No início dos anos 90 era de apenas 75%.

Estão-se reduzindo distâncias sociais. Aproximamo-nos da situação em que qualquer brasileiro, nascido de família rica ou pobre, terá acesso à escola.

A luta não termina por aí. Depois da questão do acesso vem a batalha pela qualidade do ensino público.

Quem não entende a importância da educação para o avanço social não entende o essencial de nosso tempo, não entende que um dos desafios cruciais da globalização econômica é o do conhecimento como fator decisivo na produção e no comércio.

Se a ignorância sempre foi uma barreira à mobilidade social, nos dias de hoje o acesso à educação de qualidade é condição indispensável para participar dos processos em andamento no plano internacional.

Andrés Bello, cujo nome está tão ligado ao desta Universidade, sabia da importância da educação como fator de progresso dos povos. E sabia disso já em princípios do século XIX.

Passados tantos anos, sua visão humanista continua a indicar o caminho para os países latino-americanos em seu esforço de desenvolvimento e de justiça social no século XXI.

Para o Brasil, esse é um desafio particularmente importante, porque enfrentamos uma pesada herança de desigualdade e de injustiça.

Senhoras e Senhores, teria muito a comentar sobre outros avanços importantes que temos logrado nas políticas sociais:

- na área da saúde, por exemplo, onde reduzimos de maneira significativa a mortalidade infantil e colocamos em marcha um programa de combate à AIDS cujos méritos foram reconhecidos internacionalmente;
- no programa de reforma agrária, que deu acesso à terra a mais de 500 mil famílias;
- na implantação de uma rede de proteção social, que hoje permite que milhões de cidadãos pobres ou menos favorecidos possam ser atendidos em suas necessidades básicas.

Mas creio já haver dito o essencial.

Só me resta dizer, a título de conclusão, que a sociedade brasileira, tão desigual no plano econômico, soube construir, em sua formação histórico-cultural, um padrão de convivência que revela aspectos importantíssimos de inclusão e de mobilidade social.

Vilmar Faria, como eu próprio, era um brasileiro orgulhoso dessa tradição de tolerância e de boa convivência entre os diferentes. Era também um brasileiro esperançoso de que essa tradição, operando em condições de aprofundamento da democracia e de estabilidade econômica, viesse a abrir espaços para a conquista de uma autêntica igualdade de oportunidade para todos os brasileiros.

Que esta seja, igualmente, não só a esperança, mas a contribuição de todos os que vierem a ocupar a cátedra que hoje inauguramos.

Muito obrigado.